Um breve estudo sobre os modos de governo subjacentes aos saberes psicológicos: a presença da psicanálise nas instituições psiquiátricas

A brief study about the relations between the psychological knowledge and the governmental practices: the presence of the psychoanalysis in the psychiatric institutions

Arthur Arruda Leal Ferreira; Nira Kaufman; Carmem Zapata Cordeiro

Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO:

Um dos campos possíveis para o estudo do surgimento dos saberes psicológicos é o das práticas de governo, ou governamentalidade, que se definem como as formas como se estrutura a condução da conduta alheia desde as formas pastorais do cristianismo primitivo até os modos atuais do Estado contemporâneo. Nas novas formas de governo presentes nas sociedades democráticas contemporâneas, o discurso psicanalítico, assim como as diversas práticas psi têm especial importância enquanto modo de gestão tecnocrática. Partimos da idéia de que a psicanálise é uma prática que se perpetua para além do consultório e de uma práxis individual, tendo um papel diretivo nas políticas sociais. O objetivo deste trabalho é estudar como o discurso psicanalítico produz formas de gestão de si e dos outros, pensando sua atuação dentro das instituições, no governo de coletivos, assim como de equipes no interior da reforma psiquiátrica.

Palavras-chave: Práticas de Governo; Psicanálise; Instituições

ABSTRACT:

A possible field for the study of the emergence of psychological knowledge is the one of the government practices, or governmentality, defined as the ways how the conduction of others conduct is structured since the shepherd's manner of the primitive Christianity until the current ways of the Contemporary State. In these new ways of government present in the democratic contemporary societies the psychoanalytic speech, like others psi practices, have special importance as a way of technocratic management. We start from the idea that psychoanalysis is a practical that perpetuates for beyond the doctor's office and the individual praxis, having a directive role in the social politics. The purpose of this work is to study how psychoanalytic speech produces management ways of the self and the others, examining its performance inside the institutions, in the government of groups, as well as in the teams taking part in the Brazilian psychiatric reform.

Key-words: Government Practices; Psychoanalysis; Institutions

Este trabalho se constitui como uma reflexão a partir da história sobre a atualidade da psicologia, com enfoque nas práticas específicas de governo nela presentes. Para tal, examinaremos mais detidamente as práticas institucionais deflagradas pela psicanálise no âmbito da reforma psiquiátrica. Antes de aprofundarmos essa questão do governo no âmbito específico da prática psicanalítica, vale ressaltar que este trabalho não se pretende crítico acerca das proposições da teoria psicanalítica, nem de sua eficácia clínica, ou demais questões que delimitem seu campo de exercício. O que se objetiva é avaliar como o discurso psicanalítico produz formas de gestão de si e dos outros e como produz formas bem determinadas de governo. Este modo de problematização das práticas da psicanálise não é um exercício estranho a este modo de saber, de resto ele mesmo problematizador de uma série de discursos e modos de vida contemporâneos.

Uma breve genealogia das formas de governo

Uma genealogia das práticas de governo ao longo da história nos oferece um campo possível para uma análise do surgimento das práticas psicológicas e suas formas de atuação política. O conceito de governo tratado aqui não corresponde ao estudado pela filosofia política (tentativas de legitimar o poder do Estado) ou pela administração pública (organização burocrática), mas sim diz respeito a um conceito delineado na obra de Michel Foucault, mais especificamente em sua “Genealogia do Estado moderno”, empreendida no final dos anos 1970. Entendemos como práticas de governo, ou governamentalidade, a “maneira de condução da conduta dos homens” (FOUCAULT, 2007/1979: 208), ou as relações de poder caracterizadas como conduta da conduta alheia. Mais especificamente seria “o conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desta específica, embora complexa, forma de poder, que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 2006/1978: 136).

Aqui se coloca a pergunta: desde quando governar teve como objetivo conduzir a conduta de outros? Dentro da genealogia da governamentalidade esboçada por Foucault, o “governar”, como busca da melhor forma de gerir a vida dos homens (a *vida de todos e de cada um*), se estende desde o cristianismo primitivo até os modos de governo contemporâneo. Para se configurar esse apanhado sobre a governamentalidade,

utilizamos como referência os cursos *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2006/1978) e *O Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2007/1979).

O projeto genealógico de Foucault desenvolvido ao longo dos anos 1970 tem como objetivo o entendimento das transformações nas formas de saber a partir de mudanças nas relações de poder, concebendo esse poder como constituído na relação entre corpos e, na maioria das vezes, de forma produtiva. Nesta análise do poder, Foucault configura algumas formas específicas de poder que apresentam essas características: a disciplina e a biopolítica. A primeira, surgida no século XVII em algumas instituições fechadas como escolas, casernas e hospitais, atuaria individualizando e singularizando corpos através de técnicas de exame. A segunda, surgida em meados do século XVIII, atuaria numa escala maior, singularizando grandes populações através de exames coletivos. Ambas constituiriam uma forma específica de poder, o biopoder, em oposição ao poder tradicional calcado nas leis e na ordem do Estado, o soberano (FOUCAULT, 1976).

Nos cursos supracitados, a análise do poder cede lugar para a temática do Governo, e o conceito de poder sofre algumas modificações, passando a ser entendido como ação sobre outras ações, tendo a liberdade como peça fundamental, e claramente distinguindo-se da violência e do cerceamento (FOUCAULT, 1995/1982). Para Michel Senellart (2006a), esse deslocamento da temática genealógica de Foucault não se refere a uma mutação conceitual, mas uma ampliação do tema, que conduz o trabalho genealógico na direção da Genealogia do Estado, ou das formas de governar.

As primeiras formas de governo

Tanto Senellart quanto Foucault demarcam como condição de possibilidade para o surgimento das formas contemporâneas de governo o poder pastoral, presente em práticas de governo descritas no Antigo Testamento e no Cristianismo Primitivo. Tal recurso a estas práticas pastorais de gestão opera aqui como um contra-exemplo, apontando para a raridade do governo como “condução da conduta” na Antiguidade: somente neste quadrante judaico-cristão o governante é assimilado à figura do pastor. Esse dispositivo pastoral que, de modo mais específico, Senellart define como um “governo das almas”, seria condição crucial nas formas de governo dos Estados Modernos, dado seu aspecto ao mesmo tempo coletivizante e individualizante. Em seu estudo sobre as *Artes de governar* (SENELLART, 2006b), o autor retrabalha o conceito de governamentalidade de Foucault, percorrendo relações entre um poder pastoral e o

Estado Moderno de forma muito mais minuciosa, passando por todas as variações do termo governo, sempre ligadas aos jogos estratégicos que definem, em cada época, uma configuração possível para o termo. Senellart acredita em uma continuidade entre as formas de governo pastoral e o Estado moderno, entendendo a relação entre a Igreja e o Estado não como uma oposição, mas como uma interação, frisando não uma ruptura completa entre os dois e sim um processo de continuidade complexo com uma série de deslocamentos. Ele ressalta que essa mudança ocorre ora de forma “laminar” (em que discursos e práticas deslocam-se entre suas funções), ora de forma “turbulenta” (na qual as diferentes formas de discurso e prática acabam por se misturar entre si).

A par dessas manifestações da pastoral cristã desde o final da Antigüidade, da sua fundamentação do poder monárquico na Alta Idade Média e da criação dos Estados Modernos a partir do século XIII, é no século XVI que se encontra o ponto chave dessa genealogia do governo, na emergência e proliferação dos manuais de governo, como os de Guillaume de La Perrière e Palazzo, fundamentados na chamada Razão de Estado. Estes surgem como reação à chamada “Arte de Governar Soberana”, que se baseia no reforço de poder do príncipe, tendo como meta a proteção apenas da extensão territorial. Esses manuais de governo não estariam baseados mais nos dispositivos legais, mas na necessidade do disciplinamento e registro constante das ações dos governados no tempo e no espaço, caracterizando o chamado “Estado de polícia”. É só nesse momento, século XVI, que a governamentalidade contemporânea se cristaliza entre nós como *Racionalidade de Estado*, criando um campo específico de reflexão sobre o empoderamento interno dos estados e o equilíbrio nas relações externas entre os Estados.

Uma nova forma de governar e a importância da Psicologia

Notadamente a partir do século XVIII, contudo, surgem novas tecnologias de governo, patrocinadas pelos fisiocratas e pelos pensadores do liberalismo nascente. Inaugura-se aqui um governo embasado no acompanhamento do movimento das populações enquanto processos naturais que se deve governar, não mais intervindo em todos os detalhes, como no “Estado de polícia”, mas acompanhando todas as suas flutuações livres - governo este desenvolvido inicialmente no domínio da economia. Aqui o governo se define como tecnocracia, no conhecimento científico dos movimentos naturais e espontâneos dos entes governados, investindo especialmente na auto-regulação dos mesmos. Quando este modo de gestão passa das entidades

econômicas para a população, a liberdade não é tomada mais como simples direito dos indivíduos, mas como condição para se governar, como uma técnica específica de governo. E é nesta necessidade de delinear técnicas de governo que conciliem o conhecimento científico com o respeito à liberdade como processo natural que a psicologia, a partir do século XX, se apresenta enquanto um componente essencial.

Dessa forma, é no bojo destas novas formas de governo presentes nas sociedades democráticas contemporâneas que as práticas psicológicas ganham especial importância enquanto modo de gestão tecnocrática. Para pensar esta articulação entre os modos de governo liberal e o surgimento dos saberes e práticas psicológicas, se destaca o trabalho de Nikolas Rose (1998). Este autor acredita que o surgimento das práticas psicológicas aparece maciçamente atrelado à emergência das formas liberais de governo, não se limitando ao âmbito privado da vida. Para Rose, uma prova indireta desta relação é o declínio da psicologia nos modos de governo autocráticos, como a Alemanha nazista ou a União Soviética stalinista.

Ainda segundo Rose (1998), a história dos saberes psi está ligada à história do governo liberal de uma dupla maneira: 1) mediante as técnicas de inscrição que permitiram que as subjetividades se tornassem permeáveis às técnicas de governo; e 2) mediante a constituição de políticas múltiplas que pretendem conduzir a conduta dos indivíduos, não só através da disciplina, mas principalmente através de sua liberdade e atividade.

É deste modo que surge todo um conjunto de práticas psi substituindo as formas puramente disciplinares: novas escolas, amparadas por saberes psicológicos, substituem os modos ditos tradicionais de ensino embasados na vigilância e no castigo; de igual forma, novas técnicas gerenciais embasadas na dinâmica dos grupos substituem os modos patronais de gestão; e igualmente os modos terapêuticos clínicos substituem (ao menos parcialmente) as antigas formas asilares de tratamento.

Entendendo as diversas práticas psi como formas específicas de governo, conduções da conduta alheia, é que este texto pretende refletir acerca da forma maciça com que estas práticas se constituem no conjunto das instituições. Elegemos a psicanálise como o foco de estudo, pois entendemos que ela possui uma maciça inserção institucional no Brasil, destacando-se sua entrada no movimento da reforma psiquiátrica, sendo esta inserção um bom exemplo do modelo liberal de governo conceituado por Foucault.

A Psicanálise como forma específica de governo

Segundo as indicações propostas por Foucault em *A História da Loucura* (FOUCAULT, 1978/1961), os primeiros asilos, no final do século XVIII, são herdeiros diretos dos antigos Hospitais Gerais, criados no século XVII visando enclausurar uma ampla população de desrazoados (loucos, prostitutas, mendigos, sífilíticos, blasfemadores, magos e alquimistas) a serem corrigidos pela disciplina do trabalho. Habitados agora exclusivamente pelos loucos, os asilos passam a exercer uma função diagnóstica e curativa: eles se constituem em locais de desvelamento da loucura, onde se afastava tudo o que pudesse mascarar a verdade desta, e eram justificados pela harmonia que produziam entre as exigências sociais de proteção contra a desordem dos loucos e as necessidades terapêuticas, que pediam isolamento dos doentes. Supunha-se que se o sujeito/doente fosse deixado em liberdade, no contato com seu meio familiar e social, isto impediria que a doença pura e verdadeira aparecesse, gerando uma camuflagem desta. O hospital surge como lugar de emergência da doença verdadeira e o instrumento por excelência para este desvelamento e produção da verdade da loucura, sendo o inquérito psiquiátrico o meio apto a perscrutar em qualquer mínimo detalhe o sinal de sua presença.

Em poucas palavras pode-se dizer, de acordo com diversos trabalhos de Foucault (1978/1961, 2001/1975, 2005/1974), que a instituição psiquiátrica é tributária direta dos dispositivos de poder disciplinar, de resto paralelos às formas de gestão próprias do Estado de Polícia. Mas qual seria o lugar específico da psicanálise nestes dispositivos? Que lugar ela teria nestas novas formas de governamentalidade? Em trabalhos como *O Poder Psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006) e *Os Anormais* (FOUCAULT, 2000), ela é claramente ancorada em alguns dispositivos psiquiátricos formulados para dar conta da busca de um substrato orgânico para a doença mental: o conceito de Instinto, a hereditariedade e a história de vida, o sonho e a droga, e o trauma. Dentro da mesma investigação genealógica, em *História da Sexualidade 1* (FOUCAULT, 1976), Foucault ancora a psicanálise no Biopoder (síntese da disciplina com a Biopolítica) e nas malhas do dispositivo da sexualidade. Contudo, tais formulações não apontam para as novidades em termos de técnicas de governo geradas no bojo da psicanálise.

Estas indicações poderiam ser buscadas em um texto específico: *A Casa dos Loucos* (FOUCAULT, 1982/1974). Segundo Foucault, a psicanálise impõe-se como estratégia de despsiquiatrização, ou seja, ela traria o deslocamento da função de produção da verdade sobre a loucura no interior do asilo: de uma extorsão produzida

pelo inquérito psiquiátrico balizado pelos muros institucionais, inaugura-se uma relação dual entre médico e paciente na qual este teria plenos direitos à formulação da sua verdade pela livre-associação. Nesta haveria uma rearticulação das relações de poder (não uma libertação total), passando a vigorar um contrato de livre fluxo de dinheiro e de palavra. Libera-se aqui o louco para falar de sua verdade, mas este é reenquadrado na prática da transferência, dentro do conjunto das verdades psicanalíticas. Igualmente o pagamento, como contraparte monetária da transferência, seria uma forma de garanti-la, impedindo qualquer forma de resistência e contra-poder¹.

A própria conceituação da resistência como uma prática de negação dos modos de interpretação do terapeuta - que em último caso confirmaria seu saber - seria mais uma instância de naturalização e despotencialização do discurso do paciente. Mesmo na recusa, pois, haveria a confirmação da verdade enunciada pelo analista. Ao gerir seus pacientes a partir do discurso livre, a psicanálise exerce o que Foucault e Rose chamam de *governar pelos movimentos naturais*, dentro de um modo de governo liberal: o médico não se vê desprovido de poder, mas reforçado enquanto sujeito de suposto saber.

Estas considerações iniciais, no entanto, são muito amplas; é necessário apontar para formas de gestão mais específicas. Para tal, podemos vislumbrar este modo de despsiquiatrização e gestão liberal na própria Reforma Psiquiátrica brasileira. Este movimento é um claro exemplo de superação do referencial disciplinar-asilar, no qual a Psicanálise é um dos saberes-práticas cruciais. Aqui, com o fim das relações hierárquicas em que o psiquiatra possuía um papel chave e a horizontalização das equipes, a psicanálise passou a ter um novo espaço e modo de atuação.

Um rápido exemplo poderia ser buscado na distinção estabelecida entre o trabalho clínico e o dos demais profissionais na área de saúde mental, tal como destacado em alguns textos (conferir, por exemplo, BARRETO, 2003 e 2007). O primeiro seria o responsável pela terapia, enquanto os demais operariam nas práticas de assistência, intervindo no ajuste social do indivíduo. Aqui se insinuaria uma clara distinção de planos: de um lado a clínica, capaz de enunciar a verdade singular do sujeito, e de outro as demais técnicas, responsáveis pela adaptação moral e social do indivíduo desviante. A psicanálise atuaria, pois, não mais em um regime disciplinar e coercitivo, mas através do livre-discurso no campo clínico, gerindo a sua clientela por meio da liberdade e da verdade.

Não estaria havendo aqui uma libertação das grades e muros para um aprisionamento nas grades do saber – suposto saber? Não seria a partir desse enquadre que seria viável a libertação, inclusive dos fármacos? Contra as formas tradicionais de contenção, uma nova droga impregnada de verdade. Tão mais forte, que de quase impossível antídoto: uma possível negação já viria enquadrada como resistência. E é no aprisionamento a céu aberto dos pacientes pelas verdades do inconsciente que se faz possível um governo liberal, operando na condução das condutas pelo saber verdadeiro. Mesmo que qualquer condução política seja a princípio recusada pela esfera psicanalítica, como aponta Castel em *O Psicanalismo* (CASTEL, 1978); e mesmo que conceitos como liberdade, saber e controle possam ser alvos de críticas conceituais por parte dos saberes psicanalíticos².

Considerações finais

Perante este quadro em que mesmo saberes críticos, como a psicanálise, se encaixam nos modos de governos liberais, podemos nos perguntar como fugir dessas formas de governo contemporâneas? Podemos encontrar uma indicação no trabalho de Santos (2003), concluindo com suas palavras:

Baremlitt...adverte que hoje, mais que nunca, para encontrarmos algumas respostas para as questões essenciais da vida, é necessário colocá-las de novas maneiras. Novas perguntas vão gerar novas respostas, que vão gerar novos problemas, que são um começo possível para gerar um novo mundo. Este é o papel de uma “ontologia histórica de nós mesmos” [esboçada por Foucault], que busca desembaraçar as linhas que nos constituíram tal como somos/estamos, a fim de que possamos tecer outros caminhos para nossa história. Exercício de liberdade, que nos leva sempre a testar os limites de nós mesmos para extrair da “contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos”.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Francisco Paes. A Psicanálise aplicada ao campo da saúde mental. Instituto on line. Ano 0, número 0, 2003 (disponível em www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/.../Psicanálise%20e%20Saúde%20Mental.pdf)

_____. A Psicanálise aplicada ao campo da saúde mental (Uma contribuição ao tema da prática lacaniana nas instituições). CliniCaps. Ano 1, número 1, 2007 (disponível em http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_revista_01_art.html)

CASTEL, Robert. *O Psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Nacimiento de la biopolítica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007 (curso proferido em 1978-1979).

- _____. *Seguridad, territorio, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006 (curso proferido em 1977-1978).
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (curso proferido em 1973-1974).
- _____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (curso proferido em 1974-1975).
- _____. O sujeito e o poder. Em: DREYFUSS, H. e RABINOW, P. (orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 (palestra proferida em 1982).
- _____. A casa dos loucos. Em: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982 (artigo publicado em 1974).
- _____. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978 (tese de doutorado de 1961).
- _____. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1976
- ROSE, Nikolas. *Inventing our selves*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SANTOS, A. *Alienados, Anormais, Usuários, Claudicantes: A Máquina Psiquiátrica e a Produção da Subjetividade Falha*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- SENELLART, M. *As artes de governar*. São Paulo: Editora 34, 2006a.
- _____. Situación de los cursos. Em: FOUCAULT, M. *Seguridad, territorio, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006b.
- SKINNER, F. B. *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.

Arthur Arruda Leal Ferreira; Nira Kaufman; Carmem Zapata Cordeiro
Instituto de Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro
E-mail: arleal@superig.com.br

¹ “A psicanálise pode ser decifrada historicamente como outra grande forma de despsiquiatrização provocada pelo traumatismo-Charcot. Uma retirada para fora do espaço do asilo a fim de apagar os efeitos paradoxais do sobre-poder psiquiátrico. Mas também reconstituição do poder médico, produtor de verdade, num espaço preparado para que esta produção permaneça sempre adequada ao poder. A noção de transferência como processo essencial à cura é uma maneira de pensar conceitualmente esta adequação na forma de conhecimento. O pagamento, contrapartida monetária da transferência, é uma forma de garanti-la na realidade: uma forma de impedir que a produção da verdade não se torne um contra-poder que dificulte, anule e revire o poder médico” (FOUCAULT, 1982/1974: 125-126).

² Esta discussão em torno da governamentalidade não se refere à trama dos conceitos, mas aos modos de gestão. É neste aspecto que a maior parte dos saberes psicológicos opera com o governo pela liberdade, mesmo que em termos teóricos tal conceito seja problematizado. Assim, no behaviorismo radical de Skinner (1972), por exemplo, o conceito de liberdade é posto em questão, mas nas suas práticas o

controle pelo reforço positivo seria um modo de governo pela natureza do indivíduo, sem a utilização de qualquer forma de coação. É deste modo que há a recusa a qualquer técnicas aversiva, buscando-se, ao fim de qualquer intervenção, o auto-controle dos indivíduos.